

Brasília, 28 de fevereiro de 2014

Ao Senhor

Ney Maranhão

Secretário Executivo

Conselho Nacional de Recursos Hídricos - Ministério do Meio Ambiente

Ref.: Justificativa Pedido de Vista - propostas de moção que recomenda ao Ministério de Minas e Energia, Conselho Nacional de Políticas Energéticas e à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis a realização de estudos que ofereçam maior e melhor conhecimento, tanto sobre as propriedades intrínsecas das jazidas e as condições de sua exploração, como sobre as consequências ambientais dessa atividade, antes de permitir a exploração do gás de xisto, garantindo assim segurança hídrica.

Prezado Senhor,

Envio anexo a justificativa do pedido de vista sobre proposta de moção que recomenda ao Ministério de Minas e Energia, Conselho Nacional de Políticas Energéticas e à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis a realização de estudos que ofereçam maior e melhor conhecimento, tanto sobre as propriedades intrínsecas das jazidas e as condições de sua exploração, como sobre as consequências ambientais dessa atividade, antes de permitir a exploração do gás de xisto, garantindo assim segurança hídrica, encaminhada pela Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS, conforme apresentada na XXX Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH do dia 17 de Dezembro de 2013.

Atenciosamente,



PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON

JUSTIFICATIVA PEDIDO DE VISTA

1. Moção sobre propostas de moção que recomenda ao Ministério de Minas e Energia, Conselho Nacional de Políticas Energéticas e à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis a realização de estudos que ofereçam maior e melhor conhecimento, tanto sobre as propriedades intrínsecas das jazidas e as condições de sua exploração, como sobre as consequências ambientais dessa atividade, antes de permitir a exploração do gás de xisto, garantindo assim segurança hídrica.

1. INTRODUÇÃO

Considerando o ocorrido na XXX Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH do dia 17 de Dezembro de 2013, dando cumprimento ao art. 13 do Regimento Interno do CNRH, vimos apresentar as razões, justificativas e fundamentos do Pedido de Vistas à proposta de moção que recomenda ao Ministério de Minas e Energia, Conselho Nacional de Políticas Energéticas e à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis a realização de estudos que ofereçam maior e melhor conhecimento, tanto sobre as propriedades intrínsecas das jazidas e as condições de sua exploração, como sobre as consequências ambientais dessa atividade, antes de permitir a exploração do gás de xisto, garantindo assim segurança hídrica.

O presente parecer esclarece o pedido de vista e sugere ao Plenário desse Conselho uma série de encaminhamentos objetivos para discussão da matéria, com alternativas para sua análise, considerando, especialmente, os esforços que a Agência Nacional do Petróleo, ANP, e o Ministério de Minas Energia, MME, em articulação com o Ministério de Meio Ambiente, vêm depreendendo no sentido de prover o país de marcos regulatórios, instrumentos de controle e maior conhecimento para que a exploração do gás de xisto seja feita de maneira segura e como riscos mínimos à saúde e ao meio ambiente.

2. JUSTIFICATIVA DAS RAZÕES MOTIVADORAS DO PEDIDO DE VISTA

2.1. Tramitação no CNRH

Não se pode deixar de mencionar aqui falhas no encaminhamento da matéria para apreciação do tema na plenária do Conselho, configurada especialmente pela falta de um parecer que consubstanciasse as discussões havidas sobre o tema, dando ao conselheiro os subsídios adequados para sua deliberação.

Nesse contexto, a proposta de moção em epígrafe foi apresentada sem um histórico adequado, especialmente no que se refere ao fato de que durante as discussões na câmara técnica originária da proposta, a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, CTAS, a ANP e a Agência Nacional de Águas fizeram apresentações bastante esclarecedoras, dentre elas a de que estaria em desenvolvimento, em estágio avançado, uma proposta de regulamentação que condiciona a execução das atividades de exploração do gás de

xisto ao desenvolvimento, por parte do Operador, de um Sistema de Gestão de Segurança Operacional e de um Sistema de Gestão Ambiental.

Da mesma forma, não se passou para conhecimento da plenária Nota Técnica nº 345/SSM/2013, produzida pela ANP, apenas mencionada em um dos considerando da proposta de moção, *“que tem como objetivo subsidiar a resolução mencionada, que define regras, limites e requisitos mínimos para a atividade de exploração, desenvolvimento e produção de reservatórios não convencionais no Brasil, por meio da técnica de fraturamento hidráulico. Para que esta atividade seja realizada de forma segura, resguardando o meio ambiente e seus recursos, sobretudo as formações hídricas, esta proposta de regulamentação foi desenvolvida de forma a abordar os tópicos de segurança operacional e meio ambiente sensíveis ao tema”*.

Essas informações são da maior importância para que os membros do CNRH tenham a segurança de que, o Governo Federal, ao autorizar a realização da Décima Segunda Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural, convencionais e não convencionais, por certo, não o fez de maneira irresponsável e sem fatores de segurança ambiental minimamente garantidos. Neste ponto, outra informação, não repassada para os conselheiros, de maior relevância para apreciação da matéria, é a de que a rodada de licitação já havia sido autorizada e que, portanto, a autorização para a exploração já estava em curso, significando sérios compromissos contratuais, a um custo elevado para toda a sociedade brasileira, envolvendo ainda itens de credibilidade e de segurança nacional.

Ao contrário, acompanhou a matéria para a plenária do CNRH, uma nota técnica (*sic*) emanada da Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia, em que pese o tema não constar da pauta em que tal nota foi aprovada como adendo à proposta de moção desenvolvida pela CTAS. É bom que se diga, que essa nota, passa ao largo de um documento científico e técnico, pois eivado de informações incorretas, de cunho político e emocional, além de carregado de erros de português, com citações de sites duvidosos, colocando em risco toda a credibilidade desta Câmara, que tem como objeto o conhecimento científico e tecnológico na área de recursos hídricos.

Isto posto, nossas justificativas para o pedido de vistas se fundamentam inicialmente pela necessidade de se dar ao CNRH o rito processual adequado à grandeza e responsabilidade de suas funções, sob pena de colocar todo o Sistema Nacional de Recursos Hídricos de forma frágil diante da sociedade brasileira.

2.2. Do Conteúdo da Proposta de Moção

2.2.1. Contextualização

Na atual fase de desenvolvimento tecnológico, a exploração e a produção de hidrocarbonetos, nomeadamente gás de xisto, exigem a utilização combinada de fraturação hidráulica e perfuração direcional (sobretudo horizontal). Ressalte-se que o fraturamento hidráulico, que é a injeção de um fluido na formação rochosa, sob uma

pressão suficientemente alta para causar a ruptura da rocha, não é uma novidade, pois já largamente utilizada pelas empresas de exploração de petróleo. Em verdade, o fraturamento hidráulico tem sido, há anos, responsável pela viabilização econômica de muitos campos petrolíferos em todo o mundo. Levanta questionamentos específicos, no caso da exploração do xisto, apenas por ser utilizado em uma escala e intensidade cujas experiências são mais recentes, mas mesmo assim, datam de 2004.

É preciso reconhecer ainda os significativos benefícios socioeconômicos potenciais da produção de gás e óleo de xisto, exortados recentemente inclusive pela Comissão Europeia. Não restam dúvidas de que se trata de uma nova fronteira energética com grande influência no desenvolvimento industrial do Brasil, e da consolidação da independência energética do país. Não se pode desconsiderar o fato de que o Brasil está entre os países com maior crescimento de demanda de energia sem nenhuma folga em seu sistema hidroelétrico para qualquer eventualidade climática. A alternativa tem sido a instalação e o acionamento das usinas térmicas, que representam aumento no custo da energia impactando a competitividade dos setores produtivos.

Nesse contexto, o discurso ambiental apocalíptico alimentado por desinformação em grande escala desconsidera os ganhos ambientais decorrentes da exploração do gás de xisto. Só nos EUA, que reduziram sua dependência de carvão graças à exploração do xisto, as emissões de CO₂ caíram em 2011 pela primeira vez desde os anos 1990. Por essas e por outras, o Canadá já produz 90 milhões de metros cúbicos de *shale gas* por dia, os EUA produzem 1 bilhão gerando benefícios econômico para vários estados. Os dados de produção impõem ainda uma nova reflexão sobre impactos sobre os recursos hídricos, ao lembrarmos que os exemplos catastróficos são sempre dois, sempre os mesmos. Nenhuma referência, por exemplo, com relação ao Canadá.

Assim, é imperioso que em qualquer manifestação do CNRH sobre o tema, a importância da exploração do gás de xisto e a experiência de outros países nessa atividade sejam mencionadas. É fundamental evitar qualquer possível interpretação de que a manifestação do CNRH indique leviandade na decisão de governo quando autorizou a possibilidade de sua exploração. Em que pese que sempre serão bem vindos novos estudos e pesquisas científicas para aperfeiçoar o controle e a tecnologia de exploração, é preciso reconhecer a importância para o país na implantação dessa nova fronteira energética e que o *fracking* é uma tecnologia madura e já considerada tradicional, com alguns avanços significativos, tendo milhões de poços que a utilizam e centenas desses no Brasil.

2.2.2. Aspectos Regulatórios

No aspecto regulatório, é preciso informar que a Agência Nacional de Petróleo, colocou recentemente em audiência pública, proposta de resolução que pretende regulamentar o controle do risco de contaminação que permeia a atividade. Ainda em discussão, seu conteúdo de maneira geral, não deixa dúvidas sobre a preocupação do Governo Federal, em garantir os maiores níveis de segurança ambiental para a exploração desse gás.

Ressaltamos aqui os principais pontos da proposta para conferir maior controle e segurança às operações de gás de xisto:

- a) o operador deverá ter um Sistema de Gestão de Ambiental que atenda às Melhores Práticas da Indústria do Petróleo, sendo que otimização do uso dos recursos hídricos é considerada componente das melhores práticas da indústria.;
- b) a Sistema deverá conter um plano detalhado de controle, tratamento e disposição de resíduos sólidos e líquidos provenientes das atividades de perfuração e fraturamento hidráulico, contemplando ainda uma estratégia de disposição de Barreira de Segurança (conjunto de elementos capaz de conter ou isolar os fluidos dos diferentes intervalos permeáveis);
- c) o operador deverá estabelecer e divulgar os Indicadores Reativos e Proativos, bem como as metas de responsabilidade social e ambiental, e também deverá publicar em seu sítio eletrônico, anualmente, um relatório de avaliação dos impactos e dos resultados das ações de responsabilidade social e ambiental;
- d) a aprovação do fraturamento hidráulico não Convencional pela ANP seja condicionada, além da regularização ambiental comprovada (licença ambiental e outorga), à demonstração, pelo Operador, da realização de testes, modelagens, análises e estudos que concluam pela inexistência de possibilidade técnica de que as fraturas preexistentes ou as geradas durante as atividades de exploração e produção de hidrocarbonetos alcancem qualquer corpo d'água existente;
- e) o controle do fraturamento hidráulico exigirá especificações que identifiquem os riscos relacionados, visando à garantia da integridade durante todo o Ciclo de Vida do Poço e após o seu abandono;
- f) o operador deverá utilizar método de modelagem dos dados geomecânicos alinhado com as melhores práticas de engenharia, para realizar a simulação das operações de fraturamento de forma a garantir que as fraturas geradas fiquem contidas na formação (reservatório não convencional).

Ainda relativo aos aspectos regulatórios é preciso informar que a atividade será regulamentada pelos processos de licenciamento ambiental e de outorga de recursos hídricos, sendo que, em muitos estados, contam com a participação e controle direto da sociedade civil.

Isto posto, destacamos a necessidade de que o CNRH reconheça a seriedade e os esforços com que as agências de desenvolvimento, o Ministério de Minas e Energia, a Agência Nacional de Petróleo, os órgãos ambientais e os órgãos gestores de recursos hídricos vêm tratando os eventuais riscos da exploração do gás de xisto. São esses esforços que dão a garantia de que a exploração, quando autorizada pelo Poder Pública, seja realizada de forma a assegurar simultaneamente a proteção da saúde pública e ao ambiente, assim como a utilização eficiente dos recursos e a informação aos cidadãos.

3. PROPOSTAS PARA O ENCAMINHAMENTO DA MATÉRIA

Tendo sido apresentada nossas justificativas, nosso encaminhamento é pela suspensão do debate sobre a proposta de Moção. Mesmo reconhecendo que novos estudos, especialmente para o desenvolvimento de técnicas mais apuradas e seguras de controle e gestão dos recursos hídricos são e serão sempre bem vindos, cabe ao CNRH aprofundar o debate sobre a matéria antes de manifestar-se. Para tanto, é fundamental conhecer e reconhecer todos os esforços desenvolvidos para a segurança da exploração do gás xisto, internacional e nacionalmente.

O setor industrial entende que esse Conselho não deve colocar em questão o zelo, a competência e o cuidado com que o Poder Público vem tratando a matéria e, por isso, não deve posicionar-se pela vinculação de novos leilões ou mesmo da exploração das áreas já concedidas a tais estudos, considerando inclusive que os leilões não só já foram autorizados como já ocorreram. Aprofundar o conhecimento deve ser concomitante com o avanço do desenvolvimento e com a melhoria das condições de competitividade da economia nacional. Para tanto, recomenda-se que sejam convidados o Conselho Nacional de Política Energética, o Ministério de Minas e Energia e a Agência Nacional de Petróleo para apresentar ao Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos os estudos desenvolvidos e a regulamentação do setor.